

HABEAS CORPUS Nº 514.864 - MS (2019/0166358-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : SINVAL NUNES DE PAULA
ADVOGADO : SINVAL NUNES DE PAULA - MS020665
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : CLAUDEIR DE OLIVEIRA DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

CLAUDEIR DE OLIVEIRA DE SOUZA alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul**, que manteve a sua prisão preventiva no HC n. 1404164-52.2019.8.12.0000.

Informam os autos que o paciente – preso em flagrante em 3/3/2019 na posse de 1 grama de maconha e 93 gramas de cocaína (fl. 192) e indiciado como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 – teve a custódia convertida em prisão preventiva.

Neste *writ*, a defesa considera inidônea a motivação adotada para converter sua prisão em flagrante em custódia preventiva.

Aduz que "o paciente não tem qualquer envolvimento no delito, conforme depoimento do flagranteado Juniro Henrique", tem trabalho lícito e filho menor que depende do mesmo, ressaltando que não pode haver presunção de que o paciente se solto irá delinquir.

Assevera que "a prisão preventiva é medida subsidiária e não pode ser decretada ou convertida sem que antes tenha sido imposta uma medida cautelar alternativa e apenas em caso de descumprimento das medidas cautelares o paciente poderá voltar ao cárcere".

Conclui que, "no caso, podem ser fixadas medidas cautelares de proibição de sair do País e de sair do município sem autorização judicial, comparecimento mensal em juízo para comprovar endereço e ocupação, dentre outras que entender pertinentes".

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Decido.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **vislumbro manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, verifico que o Juízo de primeiro grau, ao converter a prisão em flagrante do paciente em preventiva, assim fundamentou:

Autos n. 0001027-57.2019.8.12.0029

Ação: Pedido de Prisão Preventiva

Réus: Claudeir de Oliveira Souza e outro

Decisão

Vistos etc.

I.

Representa a autoridade policial, pela decretação da PRISÃO PREVENTIVA dos indiciados Claudeir Oliveira de Souza, vulgo "Nilo" e Rodrigo Andrade da Silva, vulgo "Diguim", argumentando estarem presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar. [...]

Desse modo, presentes os pressupostos, **passa-se à análise dos requisitos da prisão cautelar**, senão vejamos: Destarte, **o fato imputado aos réus é concretamente grave, eis que se trata de um delito de tráfico de drogas (e, muito possivelmente, de associação ao tráfico), infração equiparada a hediondo, a revelar a periculosidade dos envolvidos.**

Além disso, **podem estar envolvidos em outros delitos análogos**, praticados de forma reiterada, o que demanda a pronta intervenção judicial.

Assim sendo, do binômio – gravidade concreta do delito + risco de reiteração criminosa – **observo ser necessário garantir a ordem pública**, conceito este que a doutrina e jurisprudência atuais interpretam de maneira restritiva, disciplinando-a como vetor de reprodução de fatos criminosos. [...]

Não bastasse a presença do requisito da ordem pública, **também se faz imperiosa a prisão cautelar dos representados para resguardar eventual aplicação da lei penal, eis que não há nos autos elemento algum que indique possuírem estes residência fixa ou ocupação lícita**, a comprovar a falta de vínculo dos indiciados com

esta Comarca, fazendo-se mister obstar possível fuga.

Por fim, assinalo que o delito imputado aos representados possui pena privativa de liberdade superior a 04 anos de reclusão, o que satisfaz o requisito estampado no art. 313, I, do CPP.

Ante o exposto e sem mais delongas, com fundamento nos artigos 311 e 312 do CPP, decreto a prisão preventiva de Claudeir Oliveira de Souza e Rodrigo de Andrade da Silva, devidamente qualificado. [...]. (fl. 142-147)

Tais elementos **atestam**, à primeira vista, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, sobretudo em razão de **não se mostrarem suficientes as razões invocadas na instância de origem para embasar a ordem de prisão do ora paciente, porquanto deixaram de contextualizar, em dados dos autos, a necessidade cautelar de segregação do réu.**

Com efeito, o Juízo de primeiro grau mencionou apenas a gravidade abstrata do crime imputado ao réu, a existência de prova da materialidade e indícios da autoria delitiva, dados que não constituem elemento suficiente para demonstrar a acentuada periculosidade do acusado ou a maior reprovabilidade de sua conduta.

Segundo o decreto preventivo, "o fato imputado aos réus é concretamente grave, eis que se trata de um delito de tráfico de drogas (e, muito possivelmente, de associação ao tráfico), infração equiparada a hediondo, a revelar a periculosidade dos envolvidos".

Prognosticou que "podem [os acusados] estar envolvidos em outros delitos análogos, praticados de forma reiterada, o que demanda a pronta intervenção judicial".

E, por fim, ressaltou que "se faz imperiosa a prisão cautelar dos representados para resguardar eventual aplicação da lei penal, eis que não há nos autos elemento algum que indique possuírem estes residência fixa ou ocupação lícita".

Assim, concluo, a um primeiro olhar, ter havido **restrição à liberdade do paciente sem idônea fundamentação**, o que impõe o deferimento do pedido de urgência, sob pena dessa prisão perder sua natureza excepcional e se transformar em mera antecipação da resposta punitiva.

Por fim, entendo estar o acusado Rodrigo Andrade da Silva na mesma situação fático-processual do paciente, pois **a fundamentação da prisão preventiva foi a mesma para todos os denunciados**, motivo pelo qual concluo ser o caso de estender-se o deferimento da liminar, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

À vista do exposto, **defiro a liminar**, para ordenar a soltura de Claudeir de Oliveira de Souza e de Rodrigo Andrade da Silva, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se efetivamente **demonstrada sua concreta necessidade**, ou de imposição de medida cautelar alternativa também suficientemente fundamentada, nos termos dos arts. 282 e 319 do CPP.

Comunique-se a decisão, **com urgência**, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau.

Dispensar o envio informações, uma vez que os autos estão adequadamente instruídos.

Ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília/DF, 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**